

18-10-84  
Comissão pela criação do Parque Yanomami

TERRA YANOMAMI

Parque Indígena/ Reserva Nacional de Minérios

Entre os anos 1968 e 1983 inúmeras propostas e/ou declarações foram apresentadas, sem que a questão das terras YANOMAMI tenha sido resolvida. Com o mapeamento da Amazônia pelo RADAM-BRASIL descobriu-se um rico potencial de minérios na região que sem dúvida nenhuma é o maior responsável pela falta de decisão da parte dos órgãos governamentais em criar o PARQUE INDÍGENA YANOMAMI.

"Jurandy (Presidente da FUNAI) disse que as áreas mais desejadas pelas mineradoras são as dos índios YANOMAMI, de Roraima,..." (ESP 29.09.84).

No segundo semestre de 1984 participei de um grupo de trabalho da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que identificou uma área contínua de 9.419.100 ha, a proposta atual para a demarcação do Parque Indígena Yanomami no Brasil. Os índios Yanomami ocupam tradicionalmente uma extensa área de floresta tropical na região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela, totalizando uns 20.000 índios nos dois países. No Brasil, acham-se dispersos em pelo menos 145 malocas com uma população estimada em 9.000 índios. Os Yanomami são considerados um dos maiores grupos étnicos isolados das Américas, vivendo sua cultura tradicional quase que integralmente. Praticam um nomadismo intermitente e suas atividades econômicas requerem áreas bastante amplas. Com efeito, os grupos e conjuntos de grupos locais mantêm entre si freqüentes intercâmbios que se traduzem em trocas de bens e alianças matrimoniais. Assim, a exploração da agricultura, em regime de rotação periódica, e da caça, pesca e coleta, aliada à necessidade de constantes migrações, que permitem a renovação da terra (pobre para agricultura) e do potencial da fauna e da flora, determinam a utilização de áreas consideravelmente extensas.

Do ponto de vista ecológico, a figura jurídica de um PARQUE INDÍGENA, tal como previsto por Lei, é particularmente indicada tanto para a proteção das comunidades indígenas, como para a defesa ambiental. A criação do Parque torna-se premente, a fim de preservar o habitat tradicional, o ecossistema e proporcionar, também, a possibilidade de resguardar preciosos recursos naturais para o futuro deste País, e/ou evitar a exploração que só levaria à sua exaustão, com poucos resultados econômicos a nível nacional.

Com efeito, o Projeto RADAMBRASIL forneceu argumentos decisivos à criação do Parque Indígena, quando enfoca que 29,4% daquelas terras são declaradas de proteção permanente pelo Código Florestal e 40,12% são inaptas para projetos de lavoura ou agropecuários, fato que leva o RADAM à recomendação da criação, nessas áreas, de Parques Nacionais e Estações Ecológicas. Vale a pena ressaltar que um Parque Indígena também, por lei, prevê a conservação da fauna e flora.

O especial interesse em preservar o ambiente ecológico da região ocupada pelos Yanomami ainda motivou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1979 a criar o Parque Nacional do

Pico da Neblina, que ocupa 16,9% da área total do Parque Indígena no qual vivem cerca de 800 dos 9.000 índios Yanomami.

Em suma, cêrca de 70% da superfície desse Parque possui condições propícias para se preservar essa região ecológicamente notável, bem como para a proteção de uma das últimas nações indígenas isoladas no Brasil.

É importante ainda enfatizar o fato, de que o Parque permitirá aos Yanomami, sem prejuízo de sua estrutura sócio-cultural, iniciarem com razoável autonomia e coesão a aprendizagem do contato com a sociedade envolvente. Adequadamente orientados, se tornarão os melhores guardiões de suas terras e de seu patrimônio.

#### Situação de Contato

Até os fins de 1973 os contatos dos Yanomami com a sociedade envolvente foram esporádicos: expedições científicas, Comissões de Limites, missionários, membros da FAB e indivíduos engajados em atividades extrativistas - castanheiros, gateiros, coletores de balata e seringa. A partir dessa data, programas de desenvolvimento regionais levaram sérios problemas aos Yanomami. Os principais projetos têm sido: construção de estradas, colonização associada à agropecuária e mineração. Decorrente da construção do trecho da Perimetral Norte, que corta o território Yanomami na sua parte sudeste, verificou-se entre 1974 e 1979 a dizimação por doenças, trazidas pelos trabalhadores, de 22% da população Yanomami do rio Ajarani e de 50% da população de quatro aldeias do alto rio Catri-mâni, além de inúmeras epidemias de gripe e outras doenças cujas conseqüências teriam sido calamitosas, não fôsse a assistência prestada pelos membros da Missão Catrimâni às malocas mais próximas da construção.

A descoberta de cassiterita na Serra de Surucucus, em 1975, levou, por sua vez, grande número de garimpeiros ao coração do território Yanomami no Brasil, onde habitam cêrca de 4.000 índios. Da presença ilegal e descontrolada de 500 garimpeiros na região, até 1976, resultaram conflitos entre índios e brancos, tuberculose, doenças venéreas, surtos de gripe e mortes entre os Yanomami de Surucucus.

Por toda parte onde há penetração de brancos na área, têm surgido problemas sérios de saúde entre os Yanomami, com a conseqüente perda de vidas. Isto tem ocorrido há, pelo menos, duas décadas em vários pontos de seu território: na região do rio Demini, com a presença de extratores de piaçaba; na região do alto rio Uraricoera, com a atuação de milhares de garimpeiros no garimpo do Furo de Santa Rosa; na região do Apiaú, com a instalação de colonos através de projetos de colonização e atualmente através da invasão de 800 garimpeiros. Surtos periódicos de gripe, sarampo, malária, coqueluche têm ocorrido com tal regularidade que põem sério risco a sobrevivência dos Yanomami como membros de sociedades constituídas.

Entretanto, apesar dessas penetrações, a maior parte do território Yanomami ainda está livre de ocupação permanente por brancos, o que torna a situação de regularização oficial de suas terras como ÁREA INDÍGENA consideravelmente mais fácil do que outras regiões do país, onde áreas indígenas de ocupação imemorial já estão solidamente tomadas pela sociedade nacional. A ausência de conflitos sobre questões de terra na área Yanomami é, nitidamente, um fator posi-

tivo e elemento favorável à sua demarcação iminente, antes que tais conflitos venham a ocorrer.

Entretanto as pressões políticas locais sem dúvida influenciaram e continuam a influenciar para que as decisões se tornam cada vez mais difíceis. Enquanto se solicita a demarcação da área Yanomami os projetos de Lei objetivando sustar TODA demarcação de terras indígenas no Território de Roraima e conseguir a abertura da Serra de Surucucus e Parima para garimpagem ou mineração são exemplos das pressões exercidas por políticos do Território contra os direitos das populações indígenas.

A seguir, são descritas algumas situações mais difíceis para os Yanomami, no que se refere às invasões e ameaças que pairam sobre eles.

#### Surucucus e Parima

Embora a situação de contato com a sociedade envolvente seja mais marcante ao longo das áreas periféricas do território Yanomami, é necessário destacar que a área de maior concentração populacional indígena - a Serra de Surucucus e Parima - têm sido a mais visada, devido aos minérios aí descobertos pelo levantamento do RADAMBRASIL em 1975. Logo depois de anunciada a existência de depósitos de cassiterita na área, começaram as invasões de garimpeiros e desencadeou-se uma corrida à cassiterita por centenas de garimpeiros, apesar da ilegalidade do garimpo em terras indígenas. Logo depois instalou-se no território Yanomami a Companhia de

Mineração Além Equador mantendo atividade de garimpagem, o que continuou-se em grave lesão aos direitos dos índios.

Ainda em 1975 ocorreram vários conflitos interétnicos que culminaram em meados de 1976, quando o número de garimpeiros se elevou a 500. Com falta de alimentos e outras provisões, estes ameaçaram invadir as roças Yanomami. O resultado foi uma série de roubos, assaltos a mão armada e feridos de uma parte e outra, levando um índio e dois garimpeiros em estado grave, ao hospital de Boa Vista. Em consequência dos efeitos desastrosos da invasão dos garimpeiros, o então Ministro do Interior, Rangel Reis, assinou a portaria 422, em 02.09.76, para fechar o garimpo e determinar completa evacuação dos garimpeiros da região.

Em março de 1979 a Rio Doce Geologia e Mineração (DECEGEO) subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) instalou-se na área autorizada pela FUNAI a funcionar como empresa de mineração, enquanto a FUNAI procedia os estudos para a transformação da região em Parque Indígena. Referente a carta da CVRD endereçada ao DNFM em 1980, consideramos importante transcrever o seguinte: " Iniciados os trabalhos preliminares de prospecção geológica, com a devida assistência e orientação de técnicos da FUNAI especialmente designados para tanto, revelaram-se logo as reais inconveniências e a incompatibilidade da presença de elementos estranhos entre os indígenas (...) principalmente no momento em que, movidos pela fome resultante da escassez de caça e pesca e do abandono da lavoura de subsistência após a presença dos garimpeiros, chegaram eles, inclusive, a invadir barracas da equipe de pesquisa em busca de alimentos.



Estas inconveniências, que se mostraram no início dos trabalhos de pesquisa com uma equipe reduzida e eficientemente conduzida por técnicos indigenistas, tornar-se-ão muito mais acentuadas se projetadas para uma fase de lavra, com o ingresso na área de um maior número de homens, introdução de maquinaria pesada, poluição, ainda que parcial, dos cursos d'água e outra série de perigos a que estarão sujeitos os índios em consequência do contato, às vezes inevitável, com o branco.

Realmente, se não bastasse a integridade física, cultural e social dos Yanomami, que constitui interesse a ser resguardado e, por si só, supera qualquer exploração industrial as circunstâncias para a comercialização da cassiterita daquela região esvaziam os resultados econômicos por dois fatores preponderantes:

- a) o país possui outras áreas produtoras e em desenvolvimento na Amazônia e na região Centro-Oeste, com capacidade de atendimento, suficiente e a longo prazo, das necessidades internas de cassiterita, inclusive gerando excedentes exportáveis;
- b) as condições de acesso àquela região, possível apenas por via aérea, encarecerão demais os custos de pesquisa, extração e comercialização do minério, colocando a produção em desvantagem de concorrência com a produção das outras partes em atividade ou em vias de ativação." (P/EXT-116/80 de 28.02.80 da CVRD ao diretor do DNPM).

Desta forma e em vista desta previsão, a CVRD resolveu suspender os trabalhos de pesquisa e considerando os fatos apontados, o Conselho de Administração da CVRD acolheu proposta da Diretoria da Empresa, no sentido de que fosse apresentado ao DNPM a sugestão de que esse Departamento promovesse estudos com o objetivo de transformar os depósitos de cassiterita do Território Federal de Roraima em Reserva Nacional conforme previsto no art. 54 do Código de Mineração. (P/EXT-116/80).

O DNPM não aceitou os valiosos argumentos e experiência da CVRD e de outros. Solicitou a CVRD a renunciar aos títulos de autorização de pesquisa a fim de que a região ficasse livre para novos requerimentos. Em consequência disso a CVRD se sentiu obrigada a ceder para a CODESAIMA boa parte da área proposta para a reserva mineral.

Atualmente, essa cassiterita vem sendo objetivo de interesses de vários grupos econômicos como a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA), a Mineradora Montes Roraima Ltda, a CPRM e outras. A CODESAIMA já possui autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) aguardando o pronunciamento da FUNAI referente a um convênio elaborado pela CODESAIMA em novembro de 1983 requerendo autorização de lavra experimental de jazida estanífera em Surucucus. Entre outros, o convênio prevê mão de obra indígena. "A CODESAIMA e a FUNAI, farão funcionar no posto indígena Surucucus, um centro de treinamento, destinado a preparação de mão-de-obra indígena" (Cláusula 7, Projeto Surucucus, CODESAIMA, 11.83). A FUNAI terá uma participação de 5% do resultado bruto da lavra, revertendo-se em benefício dos indígenas, como forma de indenização do solo. Vale a pena salientar que esta participação está prevista por lei, cabendo ao proprietário do solo esta percentagem com o objetivo de indenizar pela ocupação do terreno. Não é, portanto, uma participação como seria de se esperar, pois serviria para pagar os estragos e apenas isto, restando que ao final da lavra não existirá mais minérios.

Neste mesmo aspecto cabe observar que a intenção de implantar lavra experimental ainda deve ser considerada como pesquisa e deve posteriormente vir acompanhada de trabalhos complementares. Todas essas atividades implicam em ocupação e alteração de espaços e terrenos, cabendo portanto, indenização dos estragos, conforme prevê a lei.

Essas e outras observações, portanto, devem ser colocadas referentes à proposta feita pela CODESAIMA como dados que objetivam interesses empresariais cabendo saber dos interesses da FUNAI que, por ser uma fundação de assistência ao índio não se enquadra como empresa nas negociações. Afinal, cassiterita não é mineral estratégico e o Projeto específico para Surucucus é principalmente importante para Roraima e relativamente menos importante para o desenvolvimento nacional, especificamente considerando os interesses dos índios que não tem condição em avaliar tal negociação nem entender as conseqüências que esse Projeto representa para eles.

Furo de Santa Rosa.

Com autorização do DNPM, e incentivada pela CODESAIMA, outra invasão de milhares de garimpeiros, à procura de ouro, foi verificada no Furo de Santa Rosa, onde se abriu um garimpo ao longo dos rios Uraricaá, Uraricoera e Coimim em 1980. Atraídos pelo garimpo Santa Rosa, os integrantes de várias comunidades se deslocaram em direção ao garimpo, que apropriou 20.000 ha naquela região. Parte dessa área se encontra dentro da que foi interditada em março de 1982, pela Portaria Ministerial GM 025. Em conseqüência do contato indiscriminado com a sociedade envolvente, que o garimpo levou a essa região, observou-se um nótavel crescimento da incidência de malária, e o quadro clínico a seguir reproduzido ilustra bem a situação encontrada no Posto de vigilância do Ericó em 1983:

"Problemas sérios de malária visceral crônica. 27% dos examinados que apresentam sinais de hepato, espleno ou hepatoesplenomegalia - são crianças de 4 a 12 anos;

36% de anemia clínica, provavelmente associados à alta incidência de malária e a parasitas intestinais". ( Relatório de Saúde, 1983 MDM/CCPY)

Três mil e oitocentos garimpeiros invadem em 1983 Santa Rosa. O Deputado Federal João Batista Fagundes, do PDS de Roraima e o Diretor da CODESAIMA, José Luiz Hertz, solicitam ao Presidente da FUNAI a reabertura dos garimpos da região de Surucucus, requisição que fica negada. O garimpo de Santa Rosa, em compensação, continua funcionando, apesar de várias solicitações por parte da Delegacia Regional de Roraima ao Governador do Território para retirar os invasores da área indígena.

É notável observar porém, que os Yanomami da região, que mantiveram contatos com garimpeiros, independentemente do garimpo dos "brancos" em Santa Rosa, tornam a se dedicar, eles mesmos, à atividade de garimpagem. Em vários pontos dos rios da região, os índios extraem ouro de maneira parecida à de sua organização no trabalho agrícola;

os garimpos são trabalhados conforme suas roças, isto é, como atividade familiar, individualmente por família. "Essa forma de garimpar é rara, senão mesmo única, e revela uma grande criatividade dos Yanam ( sub-grupo cultural Yanomami da região dos rios Uraricaá e Coimim) no processo de se ajustarem a novas condições de vida trazidas de fora". (Ramos, 1984). Os Yanam, de fato, são índios em contato com garimpeiros há pelo menos 20 anos e tiveram a oportunidade de se familiarizarem com garimpos através de explorações de pequeno vulto desde os anos 60. Mesmo assim, a garimpagem que praticam é uma produção artesanal, exercida à vontade deles.

#### Garimpo no Apiaú

Entre os rio Apiaú e o alto Catrimani em Roraima, funciona um garimpo clandestino de ouro há, pelo menos, três anos, com aproximadamente 800 garimpeiros não índios. Em 1983, a FUNAI, juntamente com a Polícia Federal, tentou, sem sucesso, a evacuação dos garimpeiros, que na época mal chegavam a 200 homens. No mesmo ano, a FUNAI foi informada do falecimento de um destes, cuja morte não foi possível apurar mas, segundo os índios Yanomami, resultou de conflitos entre os invasores e um grupo Yanomami ainda arredio.

No mês de agosto deste ano, um jovem Yanomami (Adriano) da comunidade dos Hewenahipi no rio Jundiá foi esfaqueado em consequência de outro atrito. Um sucinto relato da situação enviado ao Presidente da FUNAI pelo Bispo de Roraima e o Padre da Missão Catrimani coloca o seguinte:

" O garimpo que suscita mais preocupação é aquele do Apiaú. Já ocorreram mortes entre brancos e entre os Moxihatetemè, grupo yanomami ainda arredio.

Os Yanomami da área continuam denunciando a morte dos Moxihatetemè por parte dos garimpeiros do rio Apiaú.

O último ato de violência dos garimpeiros contra os Yanomami aconteceu no dia 11 de julho p.p.

Os garimpeiros pediram ao yanomami Adriano Hewenahipitheri de acompanhá-los, como caçador, na travessia da mata entre o garimpo do Apiaú até o Mucajáí.

No alto rio Mucajáí o garimpeiro Negão, roubou o ouro do yanomami e, de noite, provavelmente bêbado, atirou nas costas do índio. Logo em seguida fugiu.

Adriano foi levado pela polícia até o hospital em Boa Vista, onde foi urgentemente submetido a operação cirurgica.

Todos os índios da área estão revoltados contra a violência dos garimpeiros e estão se organizando para vingar o parente." (20.07.84)



De fato, o garimpo encontra-se em área de índios semi-isolados (cerca de 300 indivíduos) e alguns pequenos grupos locais, sem contato nenhum. Tanto a 10ª Delegacia Regional como a Comissão Pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) solicitaram inúmeras vezes às autoridades competentes evacuação dos garimpeiros e a criação de um posto de vigilância. Finalmente, no mês de setembro último, Brasília autorizou a criação do Posto que está atualmente implementado com recursos, que na realidade, são insuficientes.

Enquanto servidores da FUNAI estão se deslocando para o rio Apiaú para dar início à abertura do Posto, as notícias correm que ondas de garimpeiros estão chegando de Rondônia e outros cantos do Brasil à procura do ouro do Apiaú.

Em 08.10.84 a CCPY fez nova solicitação ao Presidente da FUNAI e outros órgãos competentes para que sejam tomadas as medidas cabíveis para a imediata evacuação dos garimpeiros do Apiaú, assim evitando de criar uma situação irreversível.

#### Algumas considerações

Enquanto a principal razão para a criação do PARQUE YANOMAMI se encontra na própria sobrevivência física e cultural dos índios e na preservação do meio ambiente em que vivem, as colocações dos opositores ao Parque se diluem em vários argumentos. São comuns as justificativas, principalmente de políticos regionais, calcadas na urgência da ocupação dos "vazios demográficos" das terras habitados pelos Yanomami. Defendem ainda a idéia de que a existência de grupos indígenas com seus particulares modos de vida comprometem o desenvolvimento econômico do país, apregando inclusive o perigo de se permitir a criação de "uma nação" dentro da nação brasileira, como se os Yanomami não fizessem parte da sociedade pluriétnica brasileira por excelência.

A nível nacional o Decreto No. 88.985/83 está aguardando a eventual expedição de uma portaria regulamentadora para ser colocado em prática, enquanto na mesma instância argumenta-se sua inconstitucionalidade. No mesmo tempo a CODESAIMA, empresa estatal, está criando um verdadeiro complô com os políticos roraimenses para conseguir a abertura de Surucucus e do Farima para exploração de cassiterita. A urgência da exploração mineral dessa área certamente é gerada por motivos políticos, e não necessariamente econômicas para beneficiar o Estado Brasileiro. Entretanto, consideramos válida a possibilidade da sociedade brasileira optar por uma política menos imediatista e destrutiva e de se propor amplos estudos para encontrar alternativas econômicas para "pagar a dívida externa" e contornar as dificuldades específicas de expansão econômica. No caso de Roraima, considerando que atualmente o país produz o suficiente de estanho para o consumo interno e exporta o equivalente a 80% de sua produção, não há de se estranhar que existam pressões contra a exploração de cassiterita em Surucucus, principalmente em tão adversas condições como é aquela região. Existe, de fato, uma proposta para se criar uma reserva nacional de ouro, cassiterita e associados para resguardar os minérios da área Yanomami e com isso tentar diminuir a pressão política de exploração mineral imediata.

Há que se considerar ainda que os Yanomami, como outros povos, estão sofrendo um processo de transformação nos últimos dez anos, precipitado pelas frentes de expansão, na maioria das vezes indevidas, desordenadas e perturbadoras ; processo ainda acelerado pela própria condição do índio isolado, como os Yanomami, que num primeiro momento de contato se precipitam ao encontro do invasor amistosamente com uma curiosidade sem limites e sem receios. Portanto é nossa responsabilidade acompanhá-lo nesse processo de transformação social e garantir a eles espaço e direito de resistir para sobreviver dignamente.

Claudia Andujar  
Coordenadora

18 de outubro de 1984